

# Índice

---

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	8
DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	9

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	12
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	27
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	28
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	29
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2017</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	1.504.997
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>1.504.997</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Reunião do Conselho de Administração	30/12/2016	Juros sobre Capital Próprio	20/01/2017	Ordinária		0,03987

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2017</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2016</b>
1	Ativo Total	143.650.014	150.821.853
1.01	Ativo Circulante	69.348.452	78.804.362
1.01.01	Disponibilidades	66	101
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	69.177.677	78.370.224
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	46.778.161	62.485.831
1.01.02.02	Aplicações em Depositos Interfinanceiros	22.399.516	15.884.393
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	16.950	16.925
1.01.03.01	Carteira Propria	16.950	16.925
1.01.08	Outros Créditos	153.622	417.112
1.01.08.01	Rendas a Receber	149.275	406.608
1.01.08.02	Diversos	4.347	10.504
1.01.09	Outros Valores e Bens	137	0
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	137	0
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	72.093.931	69.977.488
1.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	71.940.470	69.830.691
1.02.01.01	Aplicações em Depositos Interfinanceiros	71.378.577	69.285.276
1.02.01.02	Aplicações no Mercado Aberto	561.893	545.415
1.02.07	Outros Créditos	153.461	146.797
1.02.07.02	Diversos	153.461	146.797
1.03	Ativo Permanente	2.207.631	2.040.003
1.03.01	Investimentos	2.207.631	2.040.003
1.03.01.02	Participações em Controladas	2.207.631	2.040.003

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2017</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2016</b>
2	Passivo Total	143.650.014	150.821.853
2.01	Passivo Circulante	20.931	64.098
2.01.09	Outras Obrigações	20.931	64.098
2.01.09.01	Sociais e Estatutárias	0	51.000
2.01.09.02	Fiscais e Previdenciárias	19.213	11.307
2.01.09.04	Diversas	1.718	1.791
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	139.226.505	146.553.385
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	139.095.589	146.425.368
2.02.03.01	Recursos de Debentures	139.095.589	146.425.368
2.02.09	Outras Obrigações	130.916	128.017
2.02.09.01	Fiscais e Previdenciárias	130.916	128.017
2.05	Patrimônio Líquido	4.402.578	4.204.370
2.05.01	Capital Social Realizado	2.405.982	2.405.982
2.05.04	Reservas de Lucro	1.995.759	1.797.502
2.05.04.01	Legal	481.196	481.196
2.05.04.02	Estatutária	1.514.563	1.316.306
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	837	886
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	837	886

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017</b>	<b>DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016</b>
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	4.302.660	5.389.400
3.01.01	Operações de Arrendamento Mercantil	0	170
3.01.02	Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	4.302.660	5.389.230
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-4.238.619	-5.328.708
3.02.01	Captação no Mercado	-4.238.619	-5.328.561
3.02.02	Empréstimos e Repasses	0	-2
3.02.03	Operações de Arrendamento Mercantil	0	-166
3.02.04	Provisão para Perdas em Crédito	0	21
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	64.041	60.692
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	159.227	190.274
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-5.549	-6.321
3.04.04	Despesas Tributárias	-2.898	-2.681
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	0	-137
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	167.674	199.413
3.05	Resultado Operacional	223.268	250.966
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	223.268	250.966
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-25.011	33.492
3.08.01	Devidos sobre Operações do Período	-20.842	-9
3.08.02	A Compensar referente Adições Temporárias	-4.169	33.501
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	198.257	284.458
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	0,13000	0,19000

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017</b>	<b>DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	198.257	284.458
4.03	Resultado Abrangente do Período	198.257	284.458

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017</b>	<b>DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.395.521	-3.067.416
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	4.273.371	5.377.463
6.01.01.01	Lucro Líquido	198.257	284.458
6.01.01.02	Resultado de Participações em Coligadas/Controlada	-167.674	-199.413
6.01.01.04	Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	0	-21
6.01.01.05	Provisão de Tributos Diferidos	4.169	-33.501
6.01.01.07	Resultado de Juros de Debêntures	4.238.619	5.328.561
6.01.01.08	Rendas de Títulos e Valores Mobiliários Disp. Venda	0	-2.621
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.877.850	-8.444.879
6.01.02.01	(Aumento) Redução em Aplic Interf. de Liquidez	-2.090.075	-8.425.490
6.01.02.02	(Aumento) Redução em TVM e Inst Financ. e Derivativos	-30	14
6.01.02.03	(Aumento) Redução Outros Créditos e Outros Valores e Bens	252.519	-16.537
6.01.02.04	(Aumento) Redução Operc. de Arrendamento Mercantil	0	163
6.01.02.06	Aumento (Redução) Obrig Empréstimos e Empréstimos	0	-164
6.01.02.07	Aumento (Redução) Outras Obrigações	-36.310	2.551
6.01.02.08	Pagamento Imposto de Renda e Cont Social	-3.954	-5.416
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-11.568.398	-3.244.971
6.03.01	Captação/Resgate por Debentures	-11.568.398	-3.244.971
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-9.172.877	-6.312.387
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	58.825.065	91.005.663
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	49.652.188	84.693.276



**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social</b>	<b>Reservas de Capital</b>	<b>Reservas de Reavaliação</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros/Prejuízos Acumulados</b>	<b>Ajustes de Avaliação Patrimonial</b>	<b>Total do Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldo Inicial	2.405.982	0	0	1.797.502	0	886	4.204.370
5.03	Saldo Ajustado	2.405.982	0	0	1.797.502	0	886	4.204.370
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	198.257	0	198.257
5.05	Destinações	0	0	0	198.257	-198.257	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	198.257	-198.257	0	0
5.05.03.01	Reserva Estatutária	0	0	0	198.257	-198.257	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-49	-49
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-3	-3
5.07.04	Benefícios Pós Emprego de Coligada	0	0	0	0	0	-46	-46
5.13	Saldo Final	2.405.982	0	0	1.995.759	0	837	4.402.578

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social</b>	<b>Reservas de Capital</b>	<b>Reservas de Reavaliação</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros/Prejuízos Acumulados</b>	<b>Ajustes de Avaliação Patrimonial</b>	<b>Total do Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldo Inicial	2.405.982	0	0	1.458.080	0	323	3.864.385
5.03	Saldo Ajustado	2.405.982	0	0	1.458.080	0	323	3.864.385
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	284.458	0	284.458
5.05	Destinações	0	0	0	158.458	-284.458	0	-126.000
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-126.000	0	0	-126.000
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	284.458	-284.458	0	0
5.05.03.01	Reserva Estatutária	0	0	0	284.458	-284.458	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	336	336
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	299	299
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	37	37
5.13	Saldo Final	2.405.982	0	0	1.616.538	0	659	4.023.179

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017</b>	<b>DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016</b>
7.01	Receitas	4.302.660	5.424.244
7.01.01	Intermediação Financeira	4.302.660	5.389.400
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	0	21
7.01.04	Outras	0	34.823
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-4.238.619	-5.328.729
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-5.549	-6.458
7.03.04	Outros	-5.549	-6.458
7.04	Valor Adicionado Bruto	58.492	89.057
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	58.492	89.057
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	167.674	199.413
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	167.674	199.413
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	226.166	288.470
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	226.166	288.470
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	27.909	4.012
7.09.02.01	Federais	27.909	4.012
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	198.257	284.458
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	198.257	284.458

## Comentário do Desempenho

### DIBENS LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL

#### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

##### Senhores Acionistas

Apresentamos as Demonstrações Contábeis da Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil, relativas aos períodos de 01/01 a 31/03 de 2017 e de 2016, as quais seguem os dispositivos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil (BACEN), Conselho Monetário Nacional (CMN) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

#### RESULTADO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Lucro Líquido da Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil no período alcançou R\$ 198 milhões e o Patrimônio Líquido R\$ 4.403 milhões. O Lucro Líquido por ação foi de R\$ 0,13 enquanto o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 2,93.

#### ATIVOS E RECURSOS CAPTADOS

Os Ativos totalizaram R\$ 143.650 milhões e estão substancialmente formados por R\$ 141.118 milhões em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez. Os Recursos Captados representaram R\$ 139.096 milhões, correspondentes basicamente a Recursos de Debêntures.

#### AUDITORIA INDEPENDENTE – INSTRUÇÃO Nº 381, DE 14/01/2003, DA CVM

##### Procedimentos Adotados pela Sociedade

A política de atuação da Dibens Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil e da controladora, na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes, se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

No período de janeiro a março de 2017, não foram prestados diretamente a Dibens Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil serviços não relacionados à auditoria externa pelos auditores independentes e partes a eles relacionadas. Neste mesmo período não foram prestados às empresas do conglomerado ao qual pertence à Dibens Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil, serviços não relacionados à auditoria externa em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

Conforme estabelecido na instrução CVM nº 381, relacionamos os outros serviços prestados e sua data de contratação:

- 02 de fevereiro - revisão da Escrituração Contábil Fiscal;
- 06 de fevereiro - aquisição de materiais técnicos e pesquisa;
- 02 de março - revisão da aderência dos normativos relativos a preço de transferência.

##### Justificativa dos Auditores Independentes – PricewaterhouseCoopers

A prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados ao Itaú Unibanco e suas controladas. A política de atuação com o Itaú Unibanco na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente e todos foram observados na prestação dos referidos serviços, incluindo a sua aprovação pelo Comitê de Auditoria.

São Paulo, 05 de maio de 2017.

A Administração

## Notas Explicativas

### DIBENS LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PERIODOS DE 01/01 A 31/03 DE 2017 E DE 2016

(Em Milhares de Reais)

#### NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (DIBENS LEASING) tem por objeto social a prática de operações de arrendamento mercantil, observadas as disposições da legislação em vigor.

As operações da DIBENS LEASING são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, lideradas pelo Itaú Unibanco Holding S.A.(Nota 11). Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos.

As Demonstrações Contábeis elaboradas para os períodos findos em 31 de março de 2017 e de 2016 foram aprovadas pela Diretoria em 05 de maio de 2017.

#### NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis da DIBENS LEASING foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil (BACEN), do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que incluem práticas e estimativas contábeis no que se refere à constituição de provisões.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular nº 3.068, de 08/11/2001, do BACEN, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação (Nota 4a) são apresentados no Balanço Patrimonial, no Ativo Circulante, independentemente de suas datas de vencimentos.

#### NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- a) **Caixa e Equivalentes de Caixa** – A DIBENS LEASING define como caixa e equivalentes a caixa as disponibilidades que compreendem o caixa e contas correntes em bancos (considerados na rubrica Disponibilidades), Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações em Operações Compromissadas – Posição Bancada com prazo original igual ou inferior a 90 dias.
- b) **Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Obrigações por Repasses e Demais Operações Ativas e Passivas** – As operações com rendas e encargos prefixados são contabilizadas pelo valor presente. As operações com rendas e encargos pós-fixados ou flutuantes são contabilizadas pelo valor do principal atualizado. As operações contratadas com cláusula de reajuste cambial são contabilizadas pelo valor correspondente em moeda nacional. As operações passivas de emissão própria são apresentadas líquidas dos custos de transação incorridos, quando relevantes, calculadas *pro rata die*.
- c) **Títulos e Valores Mobiliários** – Registrados pelo custo de aquisição atualizado pelo indexador e/ou taxa de juros efetiva e apresentados no Balanço Patrimonial conforme Circular nº 3.068, de 08/11/2001, do BACEN. São classificados nas seguintes categorias:

## Notas Explicativas

- **Títulos para Negociação** – Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício.

Os efeitos da aplicação dos procedimentos descritos anteriormente, na controlada e coligadas da DIBENS LEASING, refletidos por estas em conta destacada dos seus Patrimônios Líquidos ou em contas de resultado, foram igualmente registrados diretamente no Patrimônio Líquido ou no Resultado de Participações da controladora proporcionalmente ao percentual de participação.

- d) Arrendamentos a Receber e Valor Residual Garantido (VRG)** – Registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas retificadoras de rendas de arrendamento a apropriar e valor residual a balancear, ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil.

A superveniência/insuficiência de depreciação, constituída de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Circular Bacen 1.429/89, resulta da diferença entre o valor contábil dos contratos de arrendamento e o valor presente das respectivas contraprestações, calculada com base na taxa interna de retorno, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil. De acordo a Circular, o valor contábil dos contratos é dado pela soma das seguintes contas: arrendamentos a receber, valores residuais a realizar e a balancear, rendas de arrendamentos a apropriar, imobilizado de arrendamento, perdas em arrendamentos a amortizar, depreciações e amortizações acumuladas, bens não de uso próprio e credores por antecipação de valor residual. Tais ajustes são apresentados pelo saldo da conta de superveniência/insuficiência de depreciação no permanente e objetivam adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência.

As operações de arrendamento mercantil são atualizadas (*accrual*) até o 60º dia de atraso. Após o 60º dia, o reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações e a receita decorrente da recuperação de operações levadas anteriormente a prejuízo (*write-offs*) está classificada na linha de Receitas da Intermediação Financeira - Operações de Arrendamento Mercantil, as tarifas na contratação dessas operações são classificadas em Rendas de Tarifas Bancárias e as apropriações em resultado das operações de arrendamento mercantil operacional ocorrem na data da exigibilidade da contraprestação.

- e) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa** – Constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas atendidas as normas estabelecidas pela Resolução nº 2.682, de 21/12/1999, do CMN, dentre as quais se destacam:

- As provisões são constituídas a partir da concessão do crédito, baseadas na classificação de risco do cliente, em função da análise periódica da qualidade do cliente e dos setores de atividade e não apenas quando da ocorrência de inadimplência;
- Considerando-se exclusivamente a inadimplência, as baixas a prejuízo ocorrem após 360 dias dos créditos terem vencido ou após 540 dias, no caso de operações com prazo a decorrer superior a 36 meses.

- f) Investimentos** - Em controlada e coligadas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

- g) Imobilizado de Arrendamento Mercantil** – Os bens arrendados são registrados no Ativo Imobilizado ao custo de aquisição. A depreciação dos bens arrendados é reconhecida pelo método linear no prazo de vida útil usual, considerando uma redução de 30% na vida útil do bem, se enquadrada nas condições previstas na Portaria nº 113, de 26/02/1988, do Ministério da Fazenda.

As taxas anuais de depreciação, sem consideração da referida redução são:

Edificações	4%	Veículos e Afins	20% a 25%
Móveis e Utensílios e Instalações	10%	Outros Bens	10% a 20%
Máquinas e Equipamentos	10% a 50%		

## Notas Explicativas

- h) Perdas em Arrendamento a Amortizar** – A diferença apurada ao final do contrato, entre o valor residual atribuído e o valor residual garantido, quando devedora, é debitada ao ativo diferido para amortização no prazo restante de vida útil do bem. Para fins de publicação o saldo do Ativo Diferido está sendo classificado em Imobilizado de Arrendamento Mercantil.
- i) Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias:** São avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução nº 3.823, de 16/12/2009, do CMN e Carta Circular nº 3.429, de 11/02/2010, do BACEN e são representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão.

Os Exigíveis e os Depósitos Judiciais correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.

- j) Tributos** - Calculados às alíquotas abaixo demonstradas, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Imposto de Renda	15,00%	PIS	0,65%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%	COFINS	4,00%
Contribuição Social (*)	20,00%	ISS	até 5,00%

(\*) Em 06 de outubro de 2015 foi publicada a Lei nº 13.169, conversão da Medida Provisória nº 675, que elevou a alíquota da Contribuição Social de 15,00% para 20,00% até 31 de dezembro de 2018 para instituições financeiras, seguradoras e administradoras de cartão de crédito. Para as demais empresas a alíquota continua 9,00%.

## Notas Explicativas

### NOTA 4 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (ATIVOS E PASSIVOS)

Apresentamos a seguir a composição por tipo de papel, prazo de vencimento e tipo de carteira dos Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos, já ajustados aos respectivos valores de mercado.

#### a) Resumo por Vencimento

	31/03/2017			31/12/2016	
	Custo	Valor de Mercado	%	0 - 30	Valor de Mercado
<b>TÍTULOS PRIVADOS</b>	<b>16.950</b>	<b>16.950</b>	<b>100,0</b>	<b>16.950</b>	<b>16.925</b>
Cotas de Fundos	16.950	16.950	100,0	16.950	16.925
<b>SUBTOTAL - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS</b>	<b>16.950</b>	<b>16.950</b>	<b>100,0</b>	<b>16.950</b>	<b>16.925</b>
Títulos para Negociação	16.950	16.950	100,0	16.950	16.925
<b>TOTAL DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (ATIVO)</b>	<b>16.950</b>	<b>16.950</b>	<b>100,0</b>	<b>16.950</b>	<b>16.925</b>
<b>% por prazo de vencimento</b>			<b>100%</b>	<b>100%</b>	

*Não houve reclassificação entre as categorias de Títulos e Valores Mobiliários em 2017.*



## Notas Explicativas

**b) Instrumentos Financeiros Derivativos** - Em 31/03/2017 e 31/12/2016 não existiam posições em aberto no mercado de derivativos.

**c) Análise de Sensibilidade** - No Itaú Unibanco Holding S.A., os fatores de risco são controlados e geridos de forma consolidada. Desta forma, os instrumentos financeiros da DIBENS LEASING, subsidiária integral do Itaú Unibanco Holding S.A., são parte integrante da Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação do conglomerado econômico-financeiro, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Acordo de Basiléia e alterações posteriores, e pelos regulamentos: Resolução nº 3.464/07, do CMN, e na Circular nº 3.354/07 do BACEN. Por esta razão, não será apresentada uma análise de sensibilidade das posições individuais desta instituição.

### NOTA 5 – ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

A DIBENS LEASING, em decorrência do curso normal de suas atividades, poderá figurar como parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal. As contingências relacionadas a esses processos são classificadas conforme a seguir:

**a) Ativos Contingentes:** não existem ativos contingentes contabilizados.

**b) Provisões e Contingências:** os critérios de quantificação das contingências são adequados às características específicas das carteiras, bem como outros riscos, levando-se em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a semelhança com processos anteriores, bem como a jurisprudência dominante.

#### Ações Fiscais e Previdenciárias

A DIBENS LEASING classifica como obrigação legal, as ações judiciais ingressadas para discutir a legalidade e inconstitucionalidade da legislação em vigor, sendo objeto de provisão contábil independentemente da probabilidade de perda.

As contingências tributárias correspondem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões fiscais administrativas ou judiciais, objeto de lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos. Constituem provisão sempre que a perda for classificada como provável.

A seguir apresentamos a movimentação das provisões e os saldos dos respectivos depósitos em garantia das Obrigações Legais:

Provisões	01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/12/2016
	Obrigações Legais - Total	Total
Saldo Inicial	127.200	112.698
Subtotal	127.200	112.698
Encargos sobre Tributos	2.898	14.502
<b>Saldo Final (Nota 6c)</b>	<b>130.098</b>	<b>127.200</b>

(\*) Registrado em Outras Obrigações.

Depósitos em Garantia	01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/12/2016
	Obrigações Legais - Total	Total
Saldo Inicial	127.200	114.740
Apropriação de Rendas	2.898	12.460
<b>Saldo Final (Nota 6bl)</b>	<b>130.098</b>	<b>127.200</b>

## Notas Explicativas

A discussão relativa às Obrigações Legais é descrita a seguir:

- CSLL – R\$ 130.098 – Isonomia: discute-se a ausência de respaldo constitucional da majoração, estabelecida pela Lei nº 11.727/08, da alíquota de CSLL de 9% para 15%, no caso das empresas financeiras e seguradoras. O saldo do depósito judicial perfaz R\$ 130.098;

A DIBENS LEASING, com base em pareceres de seus assessores legais, não está envolvida em quaisquer outros processos administrativos ou judiciais que possam afetar, de forma relevante, os resultados de suas operações.

### NOTA 6 – TRIBUTOS

#### a) Composição das Despesas com Impostos e Contribuições

Demonstração do Cálculo com Imposto de Renda e Contribuição Social:

	01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2016
<b>Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>223.268</b>	<b>250.966</b>
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às Alíquotas Vigentes (Nota 3j)	(100.471)	(112.935)
<b>Acréscimos/Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:</b>		
Resultado de Participações em Controlada e Coligadas	75.453	89.736
Juros sobre o Capital Próprio	-	56.700
Outras Despesas Indedutíveis Líquidas das Receitas não Tributáveis	7	(9)
<b>Total de Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos</b>	<b>(25.011)</b>	<b>33.492</b>

#### b) Tributos Diferidos

I - O saldo de Créditos Tributários e sua movimentação, estão representados por:

ATIVO	31/12/2016	Realização/ Reversão	Constituição	31/03/2017
<b>Refletida no Resultado</b>	<b>11.238</b>	<b>(4.170)</b>	<b>1</b>	<b>7.069</b>
Prejuízos Fiscais e Base Negativa	10.422	(4.170)	-	6.252
Provisões para Passivos Contingentes - Fiscais e Previdenciárias	816	-	1	817
<b>Refletida no Patrimônio Líquido - Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda</b>	<b>2</b>	<b>(2)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total (*)</b>	<b>11.240</b>	<b>(4.172)</b>	<b>1</b>	<b>7.069</b>

(\*) Outros Créditos - Diversos totalizam R\$ 157.808 (R\$ 157.301 em 31/12/2016) e estão compostos basicamente por Depósitos em Garantia de Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias R\$ 130.098 (R\$ 127.200 em 31/12/2016), Créditos Tributários R\$ 7.069 (R\$ 11.240 em 31/12/2016), Impostos e Contribuições a Compensar R\$ 9.757 (R\$ 9.535 em 31/12/2016), e Depósitos Garantia de Provisões Cíveis R\$ 10.884 (R\$ 9.326 em 31/12/2016).

II - A estimativa de realização e o valor presente dos Créditos Tributários existentes em 31/03/2017, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade são:

Ano de Realização	Diferenças Temporárias	%	Prejuízo Fiscal e Base	%	Total	%
2018	-	0,0%	6.252	100,0%	6.252	88,4%
2020	817	100,0%	-	0,0%	817	11,6%
<b>Total</b>	<b>817</b>	<b>100,0%</b>	<b>6.252</b>	<b>100,0%</b>	<b>7.069</b>	<b>100,0%</b>
Valor Presente (*)	<b>717</b>		<b>5.859</b>		<b>6.576</b>	

(\*) Para o ajuste a valor presente foi utilizada a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários.

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio, taxas de juros, volume de operações financeiras e tarifas de serviços, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

O lucro líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o imposto de renda e contribuição social em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, recomendamos que a evolução da realização dos créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias fiscais não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

III - Em 31/03/2017 e 31/12/2016, não existem Impostos Diferidos Ativos e Passivos não contabilizados.

## Notas Explicativas

### c) Obrigações Fiscais e Previdenciárias

O saldo das Obrigações Fiscais e Previdenciárias está representado por:

	<b>31/03/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Impostos e Contribuições a Pagar/Recolher	19.213	11.306
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias (Nota 5b)	130.098	127.200
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	818	818
<b>Total</b>	<b>150.129</b>	<b>139.324</b>

## Notas Explicativas

### NOTA 7 - INVESTIMENTOS

Empresas	Saldos em 31/12/2016			Movimentação até 31/03/2017				Saldos em 31/03/2017	Resultado de Participações em Coligadas de 01/01 a 31/03/2016
	Valor Patrimonial	RNR	Total	Resultado de Participações em Coligadas			Ajuste de TVM de Controladas e Outros		
				Lucro Líquido	RNR	Total			
Redecard S.A.	2.828.181	(788.178)	2.040.003	69.126	98.548	167.674	(46)	2.207.631	188.426
Unibanco Negócios Imobiliários Ltda. (1)	-	-	-	-	-	-	-	-	10.987
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>2.828.181</b>	<b>(788.178)</b>	<b>2.040.003</b>	<b>69.126</b>	<b>98.548</b>	<b>167.674</b>	<b>(46)</b>	<b>2.207.631</b>	<b>199.413</b>

(1) Em 30/11/2016 ocorreu a alienação para o Itaú BBA Participações S.A.

Empresa	Capital	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido do Período	Nº de Ações Ordinárias de Propriedade da Dibens Leasing	Participação no Capital Social e Votante (%)
Redecard S.A.	2.626.250	15.229.654	363.368	127.820.698	19,02

## Notas Explicativas

### NOTA 8 - RECURSOS DE DEBÊNTURES

Apresentamos os recursos de Debêntures, de Natureza Simples e Pública, da Espécie Subordinada:

Características (1)	Nº Registro na CVM	Quantidade				Montante em Circulação		Data de Vencimento	Data de Repactuação	Periodicidade do Pagamento dos Juros	
		Emitida	Em Circulação		Em Tesouraria						
			31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017				31/12/2016
4ª Emissão - 1ª e 2ª Séries	SEP/GER/DEB-93/099 e 112	260	76	77	184	183	1.437.506	1.427.699	01/03/2035	não há	No Vencimento
4ª Emissão - Série Única	SEP/GER/DEB-96/120	200	91	91	109	109	596.066	578.611	01/03/2035	01/03/2035	No Vencimento
5ª Emissão - 1ª e 2ª Séries	SEP/GER/DEB-95/034 e 075	3.000	1.658	2.368	1.342	632	3.442.777	4.758.079	01/03/2035	não há	No Vencimento
5ª Emissão - Série Única	SER/DEB-2005/013	1.200	220	277	980	923	865.735	1.059.458	01/03/2035	não há	No Vencimento
6ª Emissão - Série Única (2)	SEP/GER/DEB-96/175	1.800.000	-	-	1.800.000	1.800.000	-	-	01/03/2035	não há	No Vencimento
8ª Emissão - 1ª e 2ª Séries	SRE/DEB/2002/042 e 043	3.203	1.551	1.551	1.652	1.652	1.912.483	1.856.478	01/03/2035	01/11/2017	No Vencimento
9ª Emissão - 1ª e 2ª Séries	SRE/DEB/2005/001 e 002	400.000	341.242	341.242	58.758	58.758	10.149.223	9.852.013	01/03/2035	01/10/2024	No Vencimento
4ª Emissão - 2ª Série	SRE/DEB/2006/023	6.750	2.472	2.852	4.278	3.898	7.791.429	8.725.268	01/03/2035	não há	No Vencimento
5ª Emissão - Série Única	SRE/DEB/2007/046	50.000	35.170	38.770	14.830	11.230	9.419.765	10.079.877	01/03/2035	não há	No Vencimento
4ª Emissão - 3ª Série	SEP/GER/DEB-93/103	20	4	4	16	16	83.667	81.216	01/03/2035	não há	No Vencimento
5ª Emissão - Série Única	SEP/GER/DEB-97/105	3.500	2.237	2.647	1.263	853	3.910.753	4.492.088	01/03/2035	não há	No Vencimento
6ª Emissão - Série Única	SRE/DEB/2006/025	1.500.000	1.080.790	1.206.613	419.210	293.387	33.666.444	36.485.149	01/03/2035	01/03/2035	No Vencimento
7ª Emissão - Série Única	SRE/DEB/2007/024	1.000.000	753.807	801.647	246.193	198.353	20.750.989	21.421.705	01/03/2035	03/07/2017	No Vencimento
8ª Emissão - Série Única	SRE/DEB/2008/004	1.000.000	815.400	833.623	184.600	166.377	21.458.843	21.295.974	01/03/2035	01/12/2017	No Vencimento
6ª Emissão - Série Única (2)	SRE/DEB/2005/012	2.400.000	1.610.726	1.755.195	789.274	644.805	6.413.122	6.783.681	01/03/2035	não há	No Vencimento
7ª Emissão - Série Única	SRE/DEB/2005/056	2.400	404	476	1.996	1.924	1.395.073	1.594.199	01/03/2035	não há	No Vencimento
8ª Emissão - 1ª série	SRE/DEB/2012/001	2.000.000	922.358	958.130	1.077.642	1.041.870	15.801.714	15.933.873	01/03/2035	não há	No Vencimento
<b>Total</b>		<b>10.170.533</b>	<b>5.568.206</b>	<b>5.945.563</b>	<b>4.602.327</b>	<b>4.224.970</b>	<b>139.095.589</b>	<b>146.425.368</b>			

(1) 100% da Taxa Média Diária dos Depósitos Interfinanceiros de um dia - DI expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

(2) Desdobramento das debêntures conforme aditamento de 13/06/2014.

## Notas Explicativas

### NOTA 9 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) **Capital Social** - Está representado por 1.504.996.693 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.
- b) **Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio** - Os acionistas têm direito de receber dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 1% (um por cento) do lucro líquido ajustado, conforme previsto no Estatuto Social.

Em Reunião do Conselho de Administração de 31/03/2016 foram declarados Juros sobre o Capital Próprio no montante líquido de R\$ 107.100, à razão de R\$ 0,08 por ação, sendo R\$ 126.000 o valor bruto e R\$ 18.900 de Imposto de Renda Retido na Fonte.

Em Reunião do Conselho de Administração de 30/12/2016 foram declarados Juros sobre o Capital Próprio no montante líquido de R\$ 51.000, à razão de R\$ 0,03 por ação, sendo R\$ 60.000 o valor bruto e R\$ 9.000 de Imposto de Renda Retido na Fonte.

#### c) Ajustes de Avaliação Patrimonial

	31/03/2017	31/12/2016
Ajustes ao Valor de Mercado (no PL) de Títulos Disponíveis para Venda	(1)	1
Obrigações de Benefícios Pós Emprego	838	885
<b>Ajuste de Avaliação Patrimonial</b>	<b>837</b>	<b>886</b>

### NOTA 10 - PARTES RELACIONADAS

- a) As operações realizadas entre partes relacionadas, são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade. Entre essas operações destacam-se:

	Ativos (Passivos)		Rceitas (Despesas)	
	31/03/2017	31/12/2016	01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2016
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez <sup>(*)</sup></b>	<b>141.118.147</b>	<b>148.200.915</b>	<b>4.302.011</b>	<b>5.382.924</b>
Itaú Unibanco S.A. Controlador	139.783.826	146.905.725	4.262.880	4.836.316
Banco Itaú Consignado S.A. Ligada	-	-	-	340.229
Banco Itaucard S.A. Ligada	1.334.321	1.295.190	39.131	206.379
<b>Valores a (Pagar) a Sociedades Ligadas</b>	<b>(45)</b>	<b>(44)</b>	<b>(2)</b>	<b>(1)</b>
Itaú Corretora de Valores S.A. Ligada	(45)	(44)	(2)	(1)
<b>Recursos de Debêntures</b>	<b>(139.091.537)</b>	<b>(146.425.368)</b>	<b>(4.238.619)</b>	<b>(5.328.561)</b>
Itaú Unibanco S.A. Controlador	(139.091.537)	(146.425.368)	(4.238.619)	(5.328.561)

(\*) A carteira é composta por Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada com vencimentos até 30 dias R\$ 45.469.327, de 31 a 180 dias R\$ 1.079.077, de 181 a 365 dias R\$ 229.757 e acima de 365 dias R\$ 561.893; e Aplicações em Depósitos Interfinanceiros com vencimentos até 30 dias R\$ 4.089.952, de 31 a 180 dias R\$ 16.212.667, de 181 a 365 dias R\$ 2.096.897 e acima de 365 dias R\$ 71.378.577.

Apresentamos abaixo as taxas praticadas para as operações entre partes relacionadas em 31/03/2017:

	Taxas Anuais
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	100% da SELIC 100% do CDI Prefixada 12,15%

## Notas Explicativas

- b) Remuneração do Pessoal Chave da Administração** – Os honorários atribuídos aos Administradores da DIBENS LEASING são pagos pelo controlador Itaú Unibanco Holding S.A.

### NOTA 11 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- a) Outras Despesas Administrativas** – Totalizam R\$ (5.549) (R\$ (6.321) de 01/01 a 31/03/2016) e estão representadas basicamente por Processamento de Dados e Telecomunicações R\$ (5.227) (R\$ (5.866) de 01/01 a 31/03/2016).

- b) Gerenciamento de Riscos e Capital** – A gestão de riscos e capital é considerada um instrumento essencial para otimizar o uso de recursos e selecionar as melhores oportunidades de negócios, visando a obter a melhor relação Risco x Retorno.

O gerenciamento de risco é o processo onde:

- São identificados e mensurados os riscos existentes e potenciais das operações;
- São aprovados normativos institucionais, procedimentos e metodologias de gestão e controle de riscos consistentes com as orientações do Conselho de Administração e as estratégias;
- A carteira é administrada vis-à-vis as melhores relações risco-retorno.

A identificação de riscos tem como objetivo mapear os eventos de risco de natureza interna e externa que possam afetar as estratégias das unidades de negócio e de suporte e o cumprimento de seus objetivos, com possibilidade de impactos nos resultados, no capital, na liquidez e na reputação.

Os processos de gestão de risco permeiam toda a instituição, estando alinhados às diretrizes do Conselho de Administração e dos Executivos que, por meio de órgãos colegiados, definem os objetivos globais, expressos em metas e limites para as unidades de negócio gestoras de risco. As unidades de controle e gerenciamento de capital, por sua vez, apoiam a administração por meio dos processos de monitoramento e análise de risco e capital.

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos está de acordo com as recomendações no Brasil. O controle dos riscos de Mercado, Crédito, Liquidez e Operacional é realizada de forma centralizada, visando assegurar que os riscos do conglomerado Itaú Unibanco sejam administrados de acordo com as políticas e os procedimentos estabelecidos. O objetivo do controle centralizado é prover à alta administração uma visão global das exposições do conglomerado aos riscos, bem como uma visão prospectiva sobre a adequação do seu capital, de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas.

Maiores detalhes sobre o gerenciamento de riscos podem ser consultados no site [www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores](http://www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores), na seção Governança Corporativa / Gerenciamento de Riscos e Capital– Pilar 3, que não faz parte das demonstrações contábeis.

#### I - Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo o risco das operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (*commodities*), entre outros índices baseados nestes fatores de risco.

A gestão de riscos de mercado é o processo pelo qual a instituição monitora e controla os riscos de variações nas cotações dos instrumentos financeiros devidas aos movimentos de mercado, objetivando a otimização da relação risco-retorno, valendo-se de estrutura de limites, alertas, modelos e ferramentas de gestão adequados.

A política institucional de gerenciamento de risco de mercado encontra-se em linha com os princípios da Resolução CMN nº 3.464 de 26 junho 2007 e alterações posteriores, constituindo um conjunto de princípios que norteiam a estratégia da instituição no controle e gerenciamento de risco de mercado de todas as suas unidades de negócio e suas entidades organizacionais do conglomerado.

O documento “Relatório de acesso Público – Risco de Mercado” que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de mercado e não faz parte das demonstrações financeiras, pode ser

## Notas Explicativas

visualizado no site [www.italu-unibanco.com.br/ri](http://www.italu-unibanco.com.br/ri), na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público - Risco de Mercado.

A estratégia de gerenciamento de risco busca balancear seus objetivos de negócio, considerando, dentre outros:

- Conjuntura política, econômica e de mercado;
- Perfil da carteira;
- Capacidade de atuar em mercados específicos.

O processo de gerenciamento de risco de mercado ocorre dentro da governança e hierarquia de órgãos colegiados e de uma estrutura de limites e alertas aprovada especificamente para este fim, sensibilizando diferentes níveis e classes de risco de mercado (como risco de taxa de juros, risco de variação cambial, entre outros). Este arcabouço de limites e alertas cobre desde o acompanhamento de indicadores agregados de risco (nível carteira) até limites granulares (nível de mesas individuais). A estrutura de limites de risco de mercado estende-se ao nível de fator de risco, com limites específicos que visam a melhorar o processo de acompanhamento e compreensão dos riscos, bem como evitar a concentração de riscos. Estes limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, tamanho do patrimônio, liquidez, complexidade e volatilidades dos mercados bem como apetite de risco da instituição. Os limites são monitorados diariamente sendo que os excessos e violações potenciais de limites são reportados e discutidos para cada limite estabelecido:

- Em um dia útil, para a gestão das unidades de negócios responsável e executivos da área de controle de risco e das áreas de negócios; e
- Em até um mês, para órgãos colegiados competentes.

Relatórios diários de risco, utilizados pelas áreas de negócios e de controle, são emitidos para os executivos. Além disso, o processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado e aderente aos processos de melhoria contínua.

A estrutura de limites e alertas segue as diretrizes do Conselho de Administração e é aprovada por órgãos colegiados. O processo de definição dos níveis de limites e os relatórios de violações seguem a governança de aprovação dos normativos institucionais. O fluxo de informações estabelecido visa a dar ciência aos diversos níveis executivos da instituição, inclusive aos membros do Conselho de Administração por intermédio de Comitês responsáveis pela gestão de riscos. Esta estrutura de limites e alertas promove a eficácia e a cobertura do controle, sendo revisada, no mínimo, anualmente.

A estrutura de controle de risco de mercado tem a função de:

- Proporcionar visibilidade e conforto para todos os níveis executivos de que a assunção de riscos de mercado está em linha com os objetivos de risco-retorno;
- Promover o diálogo disciplinado e bem informado sobre o perfil de risco Global e sua evolução no tempo;
- Aumentar a transparência sobre o modo como o negócio busca a otimização dos resultados;
- Fornecer mecanismos de alerta antecipado para facilitar a gestão eficaz dos riscos, sem obstruir os objetivos de negócio; e
- Monitorar e evitar a concentração de riscos.

O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado e aderente aos processos de melhoria contínua.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das unidades de negócio e responsável por executar as atividades diárias de: (i) mensuração e avaliação de risco, (ii) monitoramento de cenários de estresse, limites e alertas, (iii) aplicação, análise e testes de cenários de estresse, (iv) reporte de risco para os responsáveis individuais dentro das unidades de negócios de acordo com a governança, (v) monitoramento de ações necessárias para o reajuste de posições e/ou níveis de risco para fazê-los viáveis, e (vi) apoio ao lançamento de novos produtos financeiros com segurança.

As exposições a risco de mercado inerentes aos diversos instrumentos financeiros, inclusive derivativos, são decompostas em vários fatores de risco. Fatores de risco de mercado são componentes primários do mercado na formação dos preços. Os principais grupos de fatores de risco mensurados são:



## Notas Explicativas

- Taxas de Juros: risco de perda nas operações sujeitas às variações nas taxas de juros, cupons de moedas estrangeiras e cupons de índices de preços;
- Moedas: risco de perda nas operações sujeitas à variação cambial;
- Ações: risco de perda nas operações sujeitas à variação do preço de ações;
- Commodities: risco de perda nas operações sujeitas à variação do preço de *commodities*.

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (*VaR - Value at Risk*): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança;
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos e históricos);
- *Stop Loss*: métrica que tem por objetivo a revisão das posições, caso as perdas acumuladas em um dado período atinjam um determinado valor;
- Concentração: exposição acumulada de determinado instrumento financeiro ou fator de risco calculada a valor de mercado ("*MtM - Mark to Market*"); e
- VaR Estressado: métrica estatística derivada do cálculo de VaR, que objetiva capturar o maior risco em simulações da carteira atual, levando-se em consideração retornos observáveis em cenários históricos de extrema volatilidade.

Adicionalmente, são analisadas medidas de sensibilidade e de controle de perdas. Entre elas, incluem-se:

- Análise de Descasamentos (GAPS): exposição acumulada dos fluxos de caixa, por fator de risco, expressos a valor de mercado, alocados nas datas de vencimento;
- Sensibilidade (*DV01- Delta Variation*): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou na taxa do indexador;
- Sensibilidades aos Diversos Fatores de Riscos (GREGAS): derivadas parciais de uma carteira de opções em relação aos preços dos ativos-objetos, às volatilidades implícitas, às taxas de juros e ao tempo

O conglomerado Itaú Unibanco utiliza sistemas proprietários para mensurar o risco de mercado consolidado. O processamento desses sistemas ocorre principalmente em São Paulo, em ambiente com controle de acesso, de alta disponibilidade, com processos de guarda e recuperação de dados e conta com infraestrutura para garantir a continuidade de negócios em situações de contingência (*disaster recovery*).

O conglomerado Itaú Unibanco, mantendo sua gestão conservadora e diversificação da carteira, seguiu com sua política de operar dentro de limites reduzidos em relação a seu capital no período.

## II - Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contrato de crédito em consequência da deterioração na classificação de risco do tomador, do emissor, da contraparte, da redução de ganhos ou remunerações, das vantagens concedidas em renegociações posteriores e dos custos de recuperação.

A gestão do risco de crédito visa manter a qualidade da carteira de crédito em níveis adequados para cada segmento de mercado em que opera e a criação de valor para os acionistas, através da análise do retorno ajustado ao risco.

## Notas Explicativas

Para proteger-se contra perdas decorrentes de operações de crédito, a instituição considera todos os aspectos determinantes do risco de crédito do cliente para definir o nível de provisões adequado ao risco incorrido em cada operação. Observa-se, para cada operação, a avaliação e classificação do cliente ou grupo econômico, a classificação da operação e a eventual existência de valores em atraso.

Em linha com os princípios da Resolução nº 3.721/09, do CMN, o conglomerado Itaú Unibanco possui estrutura e política de gerenciamento do risco de crédito, aprovada pelo seu Conselho de Administração, aplicável às empresas e subsidiárias no Brasil e exterior.

O documento que expressa as diretrizes estabelecidas pela política interna de controle de risco de crédito pode ser visualizado no site [www.itaunibanco.com.br/ri](http://www.itaunibanco.com.br/ri), na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público - Risco de Crédito, que não faz parte das Demonstrações Contábeis.

### III - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos que impactem na realização dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

A estrutura de gerenciamento busca identificar, avaliar, mitigar, monitorar e reportar o risco operacional com a finalidade de garantir a qualidade do ambiente de controle aderente às diretrizes internas e à regulamentação vigente.

Os gestores das áreas executivas utilizam metodologias corporativas construídas e disponibilizadas pela área de controles internos, *compliance* e risco operacional.

Dentro da governança do processo de gerenciamento existem fóruns específicos para tratar o assunto de risco operacional, controles internos e *compliance* onde periodicamente se apresentam os reportes consolidados do monitoramento dos riscos, controles, planos de ação e perdas operacionais aos executivos das áreas de negócio.

Uma versão resumida do normativo institucional de gerenciamento de risco operacional, que não faz parte das demonstrações contábeis, pode ser acessada no site [www.itaunibanco.com.br/ri](http://www.itaunibanco.com.br/ri), na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público - Risco Operacional.

### IV - Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

O controle de risco de liquidez é realizado por área independente das áreas de negócio e responsável por definir a composição da reserva, propor premissas para o comportamento do fluxo de caixa, identificar, avaliar, monitorar, controlar e reportar diariamente a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo, propor limites de risco de liquidez individualmente nos países onde o conglomerado Itaú Unibanco opera, simular o comportamento do fluxo de caixa sob condições de estresse, avaliar e reportar previamente os riscos inerentes a novos produtos e operações e reportar as informações requeridas pelos órgãos reguladores. Todas as atividades são sujeitas à verificação pelas áreas independentes de validação, controles internos e auditoria.

A mensuração do risco de liquidez abrange todas as operações financeiras das empresas do conglomerado Itaú Unibanco, assim como possíveis exposições contingentes ou inesperadas, tais como as advindas de serviços de liquidação, prestação de aviais e garantias, e linhas de crédito contratadas e não utilizadas.

O documento que expressa as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de liquidez pode ser visualizado no site [www.itaunibanco.com.br/ri](http://www.itaunibanco.com.br/ri), na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público – Risco de Liquidez, que não faz parte das Demonstrações Contábeis.

## Notas Explicativas

**c) Comitê de Auditoria Único** – Em atendimento à Resolução nº 3.198, de 27/05/2004, do CMN, a DIBENS LEASING aderiu ao Comitê de Auditoria Único instituído pelo Conglomerado Financeiro Itaú Unibanco, por intermédio da instituição líder Itaú Unibanco Holding S.A. O resumo do relatório do referido Comitê é divulgado em conjunto com as Demonstrações Contábeis da instituição líder.

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas

Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil ("Instituição"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

### Outros assuntos

### Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2017, preparada sob a responsabilidade da administração da Instituição, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 05 de maio de 2017

PricewaterhouseCoopers

Audidores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Paulo Rodrigo Pecht

Contador CRC 1SP213429/O-7

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Não se aplica.

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

Não se aplica.